

ALEXANDRE MAZZA

Pós-Doutor pelas Universidades de Coimbra e Salamanca.

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Administrativo e Direito Tributário da Escola do Mazza.

Autor das obras *Manual de Direito Tributário, Administrativo #naprática, Tributário #naprática e Relação Jurídica de Administração Pública*, todas pela Saraiva Educação. Advogado.

Manual de **DIREITO ADMINISTRATIVO**

12ª edição

2022

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva *jur.*

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dailia Costa de Oliveira
Gerência editorial	Isabella Sánchez de Souza
Edição	Liana Ganiko Brto
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord) Cintia Aparecida dos Santos Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
Diagramação	Adriana Santoro
Revisão	Viviane Oshima
Capa	Bruno Ortega
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

M477m Mazza, Alexandre

Manual de Direito Administrativo / Alexandre
Mazza. - 12. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022.
1144 p.

ISBN 978-65-5362-142-8

1. Direito. 2. Direito Administrativo. I. Título

2021-4571

CDD 341.3

CDU 342.9

Índices para catálogo sistemático:

1 Direito Administrativo	341 3
2 Direito Administrativo	342.9

Data de fechamento da edição: 31-1-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a previa autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Cl. 607409 CAE 791998

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota do autor à 12ª edição</i>	31
<i>Nota do autor à 1ª edição</i>	33
1 NOÇÕES GERAIS	37
1.1 Conceito de Direito Administrativo	37
1.2 Taxinomia do Direito Administrativo	38
1.3 Direito Administrativo <i>versus</i> Ciência da Administração	39
1.4 Administração Burocrática <i>versus</i> Administração Gerencial.....	39
1.4.1 “Estado em rede”	41
1.5 Características técnicas do Direito Administrativo	41
1.6 Critérios para definição do objeto do Direito Administrativo	43
1.7 Principais escolas do Direito Administrativo	48
1.8 Normas, princípios e regras.....	51
1.8.1 Diferenças entre princípios e regras	52
1.9 Objeto imediato e mediato do Direito Administrativo.....	55
1.10 Direito Administrativo como “direito comum”.....	55
1.11 Pressupostos do Direito Administrativo	56
1.12 Autonomia do Direito Administrativo.....	56
1.13 Estado, Governo, Poder Executivo, administração pública, poder executivo e poder público.....	57
1.14 Sentidos da expressão “Administração Pública”	59
1.14.1 O que significa a expressão “Fazenda Pública”?	59
1.14.2 Administração Pública introversa e extroversa	61
1.15 Tarefas precípua da Administração Pública moderna	61
1.16 Interpretação do Direito Administrativo.....	62
1.16.1 Inovações hermenêuticas trazidas pela Lei n. 13.655/2018	63
1.17 Relação com outros ramos	64
1.18 Codificação do Direito Administrativo	67
1.19 Fontes do Direito Administrativo.....	69
1.19.1 Outras fontes: precedente, súmula vinculante administrativa	72
1.19.2 Classificações das fontes.....	75
1.19.3 Taxonomia das fontes.....	77
1.20 Sistemas administrativos.....	78

1.20.1	Sistema da jurisdição una.....	78
1.20.2	Sistema do contencioso administrativo	78
1.20.3	Como se cria um contencioso.....	80
1.21	Competência para legislar.....	81
1.22	Reserva de lei complementar no Direito Administrativo.....	82
1.23	Iniciativa de projetos de lei.....	83
1.24	Função administrativa	84
1.24.1	Conceito	86
1.25	Função administrativa e função de governo.....	93
1.26	Tendências do Direito Administrativo moderno.....	94
1.27	A Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, e os novos parâmetros decisórios na Administração Pública	97
1.28	Dez dicas especiais para a véspera da prova.....	99
1.29	Quadro sinótico	101
1.30	Questões	106
	Gabarito	110
2	PRINCÍPIOS	111
2.1	Importância dos princípios administrativos.....	111
2.2	Dupla funcionalidade dos princípios	112
2.3	Princípios como mandamentos de otimização	112
2.4	Regime jurídico-administrativo	112
2.5	Supraprincípios do Direito Administrativo	113
2.5.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	113
2.5.1.1	A “desconstrução” da supremacia do interesse público. Crítica da crítica	116
2.5.2	Princípio da indisponibilidade do interesse público	118
2.6	Princípios constitucionais do Direito Administrativo.....	119
2.6.1	Princípio da participação (art. 37, § 3º, da CF)	120
2.6.1.1	Administração dialógica <i>versus</i> Administração monológica	120
2.6.2	Princípio da celeridade processual (art. 5º, LXXVIII, da CF).....	121
2.6.3	Princípio do devido processo legal formal e material (art. 5º, LIV, da CF)	121
2.6.3.1	Devido processo legal como garantia finalística.....	123
2.6.3.2	Devido processo legal diferido no tempo (<i>a posteriori</i>). Providências acauteladoras.....	123
2.6.3.3	Princípio da intranscendência subjetiva da pena	123
2.6.4	Princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF).....	124
2.6.5	Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).....	125
2.6.5.1	Princípio do duplo grau. Vantagens e desvantagens da via administrativa.....	125
2.6.5.1.1	Vantagens e desvantagens da via administrativa	126
2.6.6	Princípio da legalidade.....	128
2.6.6.1	Conceito.....	128
2.6.6.2	Legalidade: sentido negativo e sentido positivo	128
2.6.6.3	Bloco da legalidade e princípio da juridicidade	129
2.6.6.4	Tríplice fundamento constitucional	130
2.6.6.5	Legalidade privada e legalidade pública.....	132
2.6.6.6	Exceções à legalidade	133
2.6.6.7	Teoria da supremacia especial.....	134
2.6.7	Princípio da impessoalidade.....	135
2.6.7.1	Subprincípio da vedação da promoção pessoal.....	136
2.6.8	Princípio da moralidade.....	138
2.6.8.1	Conteúdo jurídico da moralidade administrativa	140

2.6.8.2	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....	142
2.6.8.3	O problema da “moral paralela”.....	142
2.6.8.4	Súmula Vinculante 13 do STF (antinepotismo).....	143
2.6.8.5	Resolução n. 7 do CNJ (antinepotismo).....	144
2.6.8.6	Instrumentos para defesa da moralidade.....	146
2.6.8.7	Lei de Improbidade Administrativa.....	146
2.6.9	Princípio da publicidade.....	147
2.6.9.1	Transparência, divulgação oficial e publicação. Divulgação de vencimentos dos servidores públicos.....	148
2.6.9.2	Objetivos da publicidade.....	148
2.6.9.3	Formas de publicidade.....	148
2.6.9.4	Natureza jurídica da publicação dos atos gerais.....	149
2.6.9.5	Exceções à publicidade.....	149
2.6.9.6	Atos secretos e improbidade administrativa.....	150
2.6.9.7	Nova Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)..	150
2.6.10	Princípio da eficiência.....	152
2.6.10.1	Eficiência, eficácia e efetividade.....	153
2.6.10.2	Institutos correlatos.....	153
2.7	Princípios infraconstitucionais.....	154
2.7.1	Princípio da autotutela.....	154
2.7.2	Princípio da obrigatória motivação.....	155
2.7.2.1	Motivação, motivo, causa, móvel e intenção real.....	156
2.7.2.2	Cronologia entre motivo, ato e motivação.....	156
2.7.2.3	Abrangência do dever de motivar.....	157
2.7.2.4	Motivação dispensada.....	158
2.7.2.5	Momento da motivação.....	158
2.7.2.6	Três atributos da motivação.....	158
2.7.2.7	Motivação <i>aliunde</i>	158
2.7.2.8	Motivação como elemento formal do ato administrativo..	159
2.7.2.9	Teoria dos motivos determinantes.....	159
2.7.2.10	Motivação genérica no CPC.....	160
2.7.3	Princípio da finalidade.....	160
2.7.4	Princípio da razoabilidade.....	161
2.7.5	Princípio da proporcionalidade.....	162
2.7.5.1	Proporcionalidade perante a lei e proporcionalidade na lei.....	164
2.7.5.2	Os subprincípios da proporcionalidade na jurisprudência do STF: a teoria dos três testes.....	164
2.7.5.3	A proliferação dos elementos integrantes da proporcionalidade.....	165
2.7.6	Princípio da responsabilidade.....	165
2.7.7	Princípio da segurança jurídica: visão clássica.....	166
2.7.7.1	Segurança jurídica prevista na Constituição Federal ...	168
2.7.7.2	Boa-fé, segurança jurídica e proteção à confiança legítima.....	168
2.7.7.3	Princípio da segurança jurídica em sentido objetivo (<i>rechtssicherheit</i>). A endossegarança.....	169
2.7.7.4	Proteção à confiança legítima (<i>vertrauensschutz</i>).....	169
2.7.7.4.1	Justificativas para manutenção de atos ilegais.....	170
2.7.7.4.2	O caso da viúva de Berlim.....	170
2.7.7.4.3	Confiança ilegítima?.....	171
2.7.7.4.4	Aplicações práticas da proteção à confiança ..	171
2.7.7.4.5	Requisitos para aplicação do princípio.....	171
2.7.7.4.6	Excludentes da proteção à confiança.....	172

2.7.7.5	Autovinculação da Administração.....	172
2.7.7.6	Teoria dos atos próprios (<i>venire contra factum proprium</i>). Requisitos para aplicação.....	172
2.7.7.7	Diferenças entre a teoria dos atos próprios e o princípio da proteção à confiança legítima.....	173
2.7.7.8	Segurança jurídica e 5 anos para anular atos ilegais. Estabilização de benefícios ilegais	173
2.7.7.8.1	Anulação de atos praticados antes da Lei n. 9.784/99.....	174
2.7.7.9	Teoria do <i>prospective overruling</i>	174
2.7.8	Princípio da boa administração.....	174
2.7.9	Princípio do controle judicial ou da sindicabilidade.....	175
2.7.10	Princípios da continuidade do serviço público e da obrigatorieda- de da função administrativa	175
2.7.11	Princípio da descentralização ou especialidade.....	177
2.7.12	Princípio da presunção de legitimidade	177
2.7.13	Princípio da isonomia.....	177
2.7.14	Princípio da hierarquia	180
2.7.15	Outros princípios	180
2.8	Princípios de meio e princípios finalísticos.....	181
2.9	Art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99.....	182
2.10	Jurisprudência	183
2.10.1	STJ	183
2.10.2	STF.....	184
2.10.3	Repercussão Geral.....	185
2.11	Quadro sinótico	187
2.12	Questões	192
	Gabarito	195
3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	197
3.1	Introdução	197
3.2	Concentração e desconcentração	197
3.2.1	Espécies de desconcentração	199
3.3	Centralização e descentralização	200
3.4	Relações entre os dois fenômenos	200
3.5	Comparação entre desconcentração e descentralização	201
3.6	Teoria do órgão público.....	201
3.6.1	Teoria da imputação volitiva de Otto Gierke.....	202
3.6.1.1	Previsão constitucional da teoria da imputação volitiva... ..	203
3.6.1.2	Desdobramentos da teoria da imputação volitiva.....	203
3.6.2	Espécies de órgãos públicos.....	204
3.6.2.1	Órgãos administrativos despersonalizados anômalos....	205
3.6.2.2	Natureza especial dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e das Defensorias Públicas	205
3.6.3	Conceitos de órgão, entidade e autoridade na Lei n. 9.784/99.....	206
3.7	Personalidade estatal	206
3.7.1	Entidades federativas <i>versus</i> entidades públicas da Administração Indireta.....	207
3.8	Entidades da Administração Pública Indireta. Devido processo legal de criação.....	209
3.8.1	Autarquias.....	210
3.8.1.1	Características.....	211
3.8.1.2	Espécies de autarquias.....	214
3.8.1.2.1	Natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil	215

	3.8.1.2.2	OAB está sujeita ao controle do TCU a partir de 2020.....	216
3.8.2		Fundações públicas.....	217
3.8.3		Agências reguladoras.....	218
	3.8.3.1	Cronologia de criação das agências federais.....	219
	3.8.3.2	Entidades “desagencificadas”.....	221
	3.8.3.3	Casos polêmicos.....	222
	3.8.3.4	Natureza jurídica.....	223
	3.8.3.5	Quarentena.....	225
	3.8.3.5.1	Características da quarentena brasileira.....	225
	3.8.3.6	Novo marco regulatório das agências (Lei n. 13.848/2019).....	225
	3.8.3.7	Diretorias colegiadas.....	227
	3.8.3.7.1	Requisitos para nomeação dos dirigentes.....	227
	3.8.3.8	Classificação das agências reguladoras.....	228
	3.8.3.9	Poder normativo.....	229
	3.8.3.9.1	Teoria da deslegalização (delegificação).....	231
	3.8.3.10	Supervisão ministerial e recursos hierárquicos impróprios.....	233
3.8.4		Agências executivas.....	235
	3.8.4.1	Histórico.....	235
	3.8.4.2	Características.....	236
	3.8.4.3	Contrato de desempenho (Lei n. 13.934/2019).....	237
	3.8.4.4	Comparação entre agências executivas e agências reguladoras.....	237
3.8.5		Associações públicas.....	238
3.8.6		Empresas estatais.....	240
	3.8.6.1	Empresas públicas.....	241
	3.8.6.1.1	Características.....	242
	3.8.6.2	Sociedades de economia mista.....	243
	3.8.6.2.1	Características.....	244
3.8.7		Outras características das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	245
	3.8.7.1	Empresas subsidiárias e empresas controladas.....	247
	3.8.7.1.1	Alienação do controle societário das estatais. Desnecessidade de autorização legislativa no caso das subsidiárias e controladas.....	247
3.8.8		Fundações governamentais de direito privado.....	248
3.8.9		Fundações de apoio.....	250
3.8.10		Novo Estatuto Jurídico da Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Subsidiárias (Lei n. 13.303/2016).....	251
	3.8.10.1	Hipóteses de inexibibilidade na Lei 13.303/16.....	253
	3.8.10.2	Extinção do procedimento licitatório simplificado no âmbito da Petrobras.....	254
3.9		Entes de cooperação.....	254
	3.9.1	Entidades paraestatais. Serviços sociais do Sistema “S”.....	254
	3.9.1.1	Características dos serviços sociais.....	256
	3.9.1.2	Agências sociais do Sistema “S”.....	258
	3.9.2	Terceiro setor.....	260
	3.9.2.1	Organizações sociais.....	260
	3.9.2.2	Oscips.....	262
	3.9.2.3	Comparação entre organizações sociais e Oscips.....	265
	3.9.2.3.1	Regime das parcerias voluntárias (Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014).....	265
3.10		Jurisprudência.....	268
	3.10.1	STJ.....	268
	3.10.2	STF.....	277

3.10.3	Repercussão Geral	279
3.11	Quadro sinótico	283
3.12	Questões	290
	Gabarito	294
4	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	295
4.1	Função dogmática da teoria do ato administrativo	295
4.2	Atos administrativos e demais atos jurídicos	296
4.3	Conceitos doutrinários.....	297
4.4	Nosso conceito	298
4.5	Fato administrativo.....	299
4.6	Atos da Administração.....	302
4.7	Silêncio administrativo.....	304
4.8	Atributos do ato administrativo	306
4.8.1	Presunção de legitimidade.....	306
4.8.1.1	Presunções de validade, legalidade, veracidade, legitimidade e licitude	308
4.8.2	Imperatividade ou coercibilidade	308
4.8.3	Exigibilidade	309
4.8.4	Autoexecutoriedade	309
4.8.5	Tipicidade.....	311
4.8.6	Outros atributos.....	312
4.9	Existência, validade e eficácia.....	312
4.9.1	Existência ou perfeição do ato administrativo	314
4.9.1.1	Teoria do ato administrativo inexistente	315
4.9.2	Validade do ato administrativo	320
4.9.3	Eficácia do ato administrativo.....	320
4.10	Mérito do ato administrativo	321
4.10.1	Controle judicial triplice sobre o mérito do ato administrativo....	322
4.10.2	Grave inoportunidade e grave inconveniência.....	323
4.11	Requisitos do ato administrativo.....	323
4.11.1	Corrente clássica (Hely Lopes Meirelles).....	323
4.11.1.1	Resolução n. 160 do Contran e os sinais sonoros emitidos pelos agentes de trânsito por meio de silvos de apito	326
4.11.2	Corrente moderna (Celso Antônio Bandeira de Mello).....	327
4.11.3	Diferentes teorias sobre a nulidade do ato.....	328
4.12	Vícios em espécie.....	330
4.13	Classificação dos atos administrativos.....	333
4.13.1	Atos discricionários e atos vinculados	333
4.13.2	Atos simples, compostos e complexos	335
4.13.3	Outras classificações dos atos administrativos.....	338
4.13.3.1	Quanto aos destinatários.....	338
4.13.3.2	Quanto à estrutura	338
4.13.3.3	Quanto ao alcance	338
4.13.3.4	Quanto ao <i>objeto</i>	339
4.13.3.5	Quanto à manifestação de vontade	339
4.13.3.6	Quanto aos efeitos	339
4.13.3.7	Quanto ao conteúdo	339
4.13.3.8	Quanto à situação jurídica que criam.....	340
4.13.3.9	Quanto à eficácia.....	340
4.13.3.10	Quanto à exequibilidade.....	341
4.13.3.11	Quanto à retratabilidade.....	341
4.13.3.12	Quanto ao modo de execução.....	342
4.13.3.13	Quanto ao objetivo visado pela Administração	342
4.13.3.14	Quanto à natureza da atividade.....	342

	4.13.3.15	Quanto à função da vontade administrativa.....	343
4.14		Espécies de ato administrativo.....	343
	4.14.1	Atos normativos.....	344
	4.14.2	Atos ordinatórios.....	345
	4.14.3	Atos negociais.....	346
	4.14.4	Atos enunciativos.....	348
	4.14.4.1	Natureza jurídica e espécies de parecer.....	349
	4.14.4.1.1	Parecer obrigatório.....	350
	4.14.4.1.2	Parecer facultativo.....	350
	4.14.4.1.3	Parecer vinculante.....	351
	4.14.4.1.4	Parecer não vinculante.....	351
	4.14.4.1.5	Parecer normativo.....	352
	4.14.4.1.6	Parecer comum.....	352
	4.14.4.1.7	Parecer suspensivo.....	352
	4.14.4.1.8	Parecer não suspensivo.....	352
	4.14.4.1.9	Parecer de mérito.....	352
	4.14.4.1.10	Parecer de legalidade.....	352
	4.14.4.1.11	Parecer referencial.....	352
	4.14.4.1.12	Responsabilidade do parecerista.....	353
	4.14.5	Atos punitivos.....	354
	4.14.6	Espécies de ato quanto à forma e quanto ao conteúdo.....	354
4.15		Extinção do ato administrativo.....	354
	4.15.1	Revogação.....	356
	4.15.1.1	Competência para revogar.....	357
	4.15.1.2	Objeto do ato revocatório.....	357
	4.15.1.3	Fundamento e motivo da revogação.....	357
	4.15.1.4	Efeitos da revogação.....	358
	4.15.1.5	Natureza do ato revocatório.....	358
	4.15.1.6	Forma do ato revocatório.....	358
	4.15.1.7	Natureza da revogação.....	358
	4.15.1.8	Características da competência revocatória.....	358
	4.15.1.9	Limites ao poder de revogar.....	358
	4.15.1.10	Revogação de atos complexos.....	359
	4.15.1.11	Anulação da revogação: possibilidade.....	359
	4.15.1.12	Revogação da revogação: polêmica. Efeito repristinatório.....	359
	4.15.1.13	Revogação da anulação: impossibilidade.....	360
	4.15.1.14	Anulação da anulação: possibilidade.....	360
	4.15.1.15	Revogação e dever de indenizar.....	360
	4.15.2	Anulação ou invalidação.....	360
	4.15.2.1	Competência para anular.....	361
	4.15.2.2	Objeto e natureza do ato anulatório.....	362
	4.15.2.3	Efeitos da anulação.....	362
	4.15.2.3.1	Modulação dos efeitos anulatórios.....	362
	4.15.2.4	Forma do ato anulatório.....	363
	4.15.2.5	Natureza da competência anulatória.....	363
	4.15.2.6	Anulação e indenização.....	363
	4.15.2.7	Limites ao dever anulatório.....	363
	4.15.2.8	Comparação entre revogação e anulação.....	363
	4.15.3	Cassação.....	364
	4.15.4	Caducidade ou decaimento.....	364
	4.15.5	Contraposição.....	364
	4.15.6	Extinções inominadas.....	364
4.16		Convalidação.....	365
	4.16.1	Teoria dos atos sanatórios.....	367

4.17	Conversão	368
4.18	Jurisprudência	368
	4.18.1 STJ	368
	4.18.2 STF	369
	4.18.3 Repercussão Geral	370
4.19	Quadro sinótico	372
4.20	Questões	377
	Gabarito	381
5	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO	383
5.1	Poderes-deveres	383
5.2	Uso regular e irregular do poder	383
5.3	Abuso de poder	383
	5.3.1 Abuso de poder pressupõe agente competente?	384
	5.3.2 Crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/2019)	384
5.4	Excesso de poder	385
5.5	Desvio de finalidade	386
	5.5.1 Tredestinação lícita	389
	5.5.1.1 Tredestinação <i>versus</i> adestinação	389
5.6	Poder vinculado	390
5.7	Poder discricionário	390
5.8	Poder disciplinar	395
5.9	Poder hierárquico	396
	5.9.1 Delegação de competência	398
	5.9.2 Avocação de competência	399
	5.9.3 Supervisão ministerial	399
5.10	Poder regulamentar	400
	5.10.1 Espécies de regulamento	402
	5.10.2 Regulamentos autônomos ou independentes	402
	5.10.3 Regulamento executivo e a função redutora da discricionariedade ..	404
	5.10.4 Nem toda lei admite regulamentação	405
	5.10.5 Poder regulamentar e previsão legal	405
	5.10.6 Competência regulamentar e delegação	405
	5.10.7 Referenda ministerial ou secretarial	406
5.11	Poder de polícia ou limitação administrativa	406
	5.11.1 Poder de polícia: sentido amplo e sentido estrito	407
	5.11.2 Conceitos doutrinários	408
	5.11.3 Conceito legal de poder de polícia	409
	5.11.4 Nosso conceito	410
	5.11.5 Poder de polícia: vinculado ou discricionário?	412
	5.11.6 Características	412
	5.11.6.1 Delegabilidade ou indelegabilidade?	414
	5.11.7 Alcance quinquipartite do poder de polícia (etapas do poder de polícia)	415
	5.11.8 Polícia administrativa <i>versus</i> polícia judiciária	415
5.12	Jurisprudência	416
	5.12.1 STJ	416
	5.12.2 STF	418
	5.12.3 Repercussão Geral	419
5.13	Quadro sinótico	420
5.14	Questões	424
	Gabarito	428
6	RESPONSABILIDADE DO ESTADO	429
6.1	Introdução	429

6.2	Evolução histórica	430
6.2.1	Teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873).....	430
6.2.2	Teoria da responsabilidade subjetiva (1874 até 1946).....	432
6.2.2.1	Hipóteses de aplicação da teoria subjetiva.....	432
6.2.3	Teoria da responsabilidade objetiva (1947 até hoje).....	433
6.3	Evolução da responsabilidade estatal no direito positivo brasileiro	435
6.4	Linha do tempo.....	437
6.5	Responsabilidade na Constituição de 1988.....	439
6.5.1	Art. 37, § 6º, da CF e a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke..	440
6.5.2	As cinco teorias decorrentes do art. 37, § 6º, da CF.....	441
6.6	Fundamentos do dever de indenizar.....	442
6.7	Risco integral e risco administrativo. Excludentes do dever de indenizar...	442
6.8	Características do dano indenizável.....	447
6.9	Responsabilidade por atos lícitos.....	447
6.10	Danos por omissão	449
6.10.1	Omissão genérica e omissão específica.....	451
6.10.2	Tese da “reserva do possível”	453
6.11	Relações de custódia.....	453
6.11.1	A condição do preso.....	454
6.12	Ação indenizatória	456
6.12.1	A posição isolada da 4ª Turma do STJ.....	457
6.12.2	Prazo prescricional	458
6.12.2.1	Prazo prescricional contra Fazenda estadual, distrital ou municipal.....	459
6.12.2.2	Qual o prazo prescricional para ações propostas pela Fazenda Pública?	459
6.13	Denúnciação à lide.....	460
6.14	Ação regressiva.....	460
6.15	Responsabilidade do servidor estatutário federal na Lei n. 8.112/90.....	462
6.16	Responsabilidade dos concessionários de serviços públicos.....	463
6.17	Responsabilidade por atos legislativos, regulamentares e jurisdicionais...	465
6.18	Responsabilidade dos notários e registradores.....	466
6.19	Danos causados por agente fora do exercício da função.....	469
6.20	Responsabilidade pré-negocial.....	469
6.21	Responsabilidade subsidiária <i>versus</i> responsabilidade solidária	470
6.22	Responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas na Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	470
6.22.1	Desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção ..	472
6.22.1.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Desconsideração expansiva..	472
6.23	Reparação do dano pela via administrativa.....	474
6.24	Responsabilidade da União quanto a servidores públicos mortos pela Covid-19.....	475
6.25	Jurisprudência	476
6.25.1	STJ	476
6.25.2	STF.....	480
6.25.3	Repercussão Geral.....	482
6.26	Quadro sinótico	484
6.27	Questões.....	487
	Gabarito.....	490
7	LICITAÇÃO.....	491
	Revogação da Lei n. 8.666/93	491
7.1	Introdução	491
7.2	Finalidades da licitação.....	491

7.3	Conceitos doutrinários.....	492
7.4	Nosso conceito	493
7.4.1	Análise dos elementos conceituais.....	493
7.5	Natureza jurídica.....	494
7.6	Competência para legislar.....	495
7.7	Normatização infraconstitucional.....	495
7.8	Natureza jurídica das Leis n. 8.666/93 e 14.133/2021	497
7.9	Fundamento constitucional do dever de licitar	498
7.10	Pressupostos da licitação	499
7.11	Extensão material do dever de licitar: objeto da licitação	499
7.12	Extensão pessoal do dever de licitar.....	500
7.12.1	Organizações sociais.....	501
7.12.2	Organizações da sociedade civil de interesse público	501
7.12.3	Entidades paraestatais.....	501
7.12.4	Conselhos de classe.....	502
7.12.5	Ordem dos Advogados do Brasil.....	503
7.12.6	Empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	503
7.12.7	Entidades que não se sujeitam ao dever de licitar.....	504
7.12.8	Programa “Minha Casa, Minha Vida”	504
7.13	Princípios específicos da licitação.....	505
7.14	Incidência dos princípios gerais.....	507
7.15	Tipos de licitação.....	508
7.16	Modalidades licitatórias	509
7.16.1	Concorrência	511
7.16.2	Tomada de preços	512
7.16.3	Convite	512
7.16.4	Concurso	512
7.16.5	Leilão	513
7.16.6	Consulta	514
7.16.7	Pregão	514
7.16.7.1	Bens e objetos comuns.....	516
7.16.7.2	Hipóteses de vedação	518
7.16.7.3	Modalidades.....	518
7.16.7.4	Procedimento do pregão.....	519
7.16.8	Quadro comparativo entre as modalidades	522
7.16.9	Licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)	525
7.17	Registro de preços	525
7.17.1	Carona em registro de preços.....	527
7.18	Registros cadastrais	527
7.19	Comissão de licitação.....	528
7.20	Fases da concorrência.....	528
7.20.1	Instrumento convocatório	529
7.20.2	Habilitação	532
7.20.3	Classificação.....	534
7.20.4	Homologação. Anulação e revogação. Responsabilidade pré-negocial	536
7.20.5	Adjudicação.....	537
7.21	Contratação direta.....	539
7.21.1	Dispensa de licitação	539
7.21.1.1	Licitação fracassada e licitação deserta.....	545
7.21.2	Inexigibilidade.....	545
7.21.3	Licitação vedada ou proibida.....	547
7.21.4	Licitação dispensada.....	547
7.21.5	Responsabilidade por superfaturamento.....	549

7.22	Crimes em licitações	549
7.23	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – Lei n. 12.462/2011..	552
7.24	Jurisprudência	555
7.24.1	STJ	555
7.24.2	STF.....	557
7.25	Quadro sinótico	558
7.26	Questões.....	563
	Gabarito	566
8	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	567
8.1	Introdução	567
8.2	Conceitos doutrinários.....	567
8.3	Nosso conceito	569
8.4	Competência para legislar.....	569
8.5	Contratos da Administração e contratos administrativos.....	570
8.6	Contratos <i>versus</i> convênios	570
8.7	Prévia licitação	571
8.8	Normas aplicáveis	571
8.9	Características dos contratos administrativos	572
8.10	Diferenças em relação aos contratos privados	575
8.11	Arbitragem e mediação para solução de conflitos em Direito Público	576
8.12	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	578
8.13	Sujeitos do contrato	579
8.14	Contratos em espécie	579
8.14.1	Contrato de obra pública.....	580
8.14.2	Contrato de fornecimento	580
8.14.3	Contrato de prestação de serviço.....	581
8.14.4	Contrato de concessão	581
8.14.4.1	Concessão de serviço público	582
8.14.4.1.1	Base legislativa	582
8.14.4.1.2	Natureza jurídica (controvérsia).....	583
8.14.4.1.3	Conceito legislativo	583
8.14.4.1.4	Nosso conceito	584
8.14.4.1.5	Características da concessão de serviço público .	585
8.14.4.1.6	Direitos e obrigações dos usuários.....	586
8.14.4.1.7	Encargos do poder concedente.....	587
8.14.4.1.8	Encargos da concessionária	587
8.14.4.1.9	Intervenção	588
8.14.4.1.10	Formas de extinção da concessão	588
8.14.4.1.11	Subconcessão	592
8.14.4.1.12	Serviços públicos passíveis de concessão	592
8.14.4.1.13	Reversão de bens.....	592
8.14.5	Permissão de serviço público.....	593
8.14.5.1	Permissão é ato ou contrato administrativo?.....	594
8.14.5.2	Hipóteses de uso da permissão de serviço público	595
8.14.6	Concessão precedida de obra pública.....	596
8.14.7	Concessão de uso de bem público.....	597
8.14.8	Contrato de gerenciamento.....	597
8.14.9	Contrato de gestão.....	597
8.14.10	Termo de parceria.....	598
8.14.11	Parceria público-privada (PPP).....	599
8.14.11.1	Abrangência da Lei n. 11.079/2004.....	600
8.14.11.2	Conceito e características.....	600

8.14.11.3	Diretrizes legais	602
8.14.11.4	Vedações à celebração de PPPs	602
8.14.11.5	Garantias.....	602
8.14.11.6	Modalidades.....	603
8.14.11.7	Sociedade de propósito específico (art. 9º)	604
8.14.12	Consórcio público.....	604
8.14.12.1	Consórcios públicos da Lei n. 11.107/2005.....	605
	8.14.12.1.1 Conceito e atribuições	606
	8.14.12.1.2 Procedimento para celebração do consórcio..	607
	8.14.12.1.3 Regras especiais sobre licitações.....	608
	8.14.12.1.4 Celebração de convênio e exigência de regularidade (Lei n. 13.821/2019)	609
8.14.13	Contrato de convênio.....	609
8.14.14	Contrato de credenciamento.....	609
8.14.15	Contrato de trabalhos artísticos	610
8.14.16	Contrato de empréstimo público.....	610
8.14.17	Contrato de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)	610
8.15	Formalização dos contratos administrativos.....	611
8.16	Cláusulas exorbitantes.....	611
8.16.1	Exigência de garantia.....	612
8.16.2	Alteração unilateral do objeto	613
8.16.3	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	613
8.16.4	Inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido	614
8.16.5	Rescisão unilateral.....	614
8.16.6	Fiscalização	615
	8.16.6.1 Terceirização de mão de obra	615
8.16.7	Aplicação de penalidades.....	616
	8.16.7.1 Existe ordem legal de penalidades?	617
	8.16.7.2 Competência para aplicação da pena.....	617
8.16.8	Ocupação provisória (art. 58, V)	617
8.17	Estudo do equilíbrio econômico-financeiro.....	618
	8.17.1 Circunstâncias excepcionais que autorizam a revisão tarifária....	619
	8.17.2 Novos benefícios tarifários e equação econômico-financeira	621
8.18	Duração e execução dos contratos em geral. Responsabilidade por encargos previdenciários do contratado	622
	8.18.1 Extinção.....	623
8.19	Extinção do contrato e dever de indenizar.....	624
8.20	Anulação do contrato e indenização.....	624
8.21	Crimes	625
8.22	Jurisprudência	626
	8.22.1 STJ	626
	8.22.2 STF.....	628
8.23	Quadro sinótico	629
8.24	Questões	634
	Gabarito	637
9	AGENTES PÚBLICOS.....	639
9.1	Agentes públicos.....	639
9.2	Agentes políticos	639
	9.2.1 Magistrados, promotores, procuradores da República e diplomatas...	640
9.3	Ocupantes de cargos em comissão	642
9.4	Contratados temporários	643
9.5	Agentes militares.....	646

9.6	Servidores públicos estatutários.....	647
9.7	Empregados públicos	649
9.7.1	Obrigatória motivação na dispensa de empregados por empresas públicas: jurisprudência do STF.....	651
9.8	Particulares em colaboração com a Administração (agentes honoríficos).....	652
9.9	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	652
9.9.1	Acumulação e teto remuneratório.....	654
9.9.2	Acumulação e jornada semanal máxima: inaplicabilidade	655
9.10	Concurso público.....	656
9.10.1	Conceito e natureza jurídica	656
9.10.2	Fundamentos.....	656
9.10.3	Concurso como “princípio” e suas exceções.....	656
9.10.4	Tipos de concurso.....	658
9.10.5	Direito sumular.....	658
9.10.6	Pressupostos para abertura do concurso	659
9.10.7	Validade do concurso	659
9.10.8	Direitos do candidato aprovado no concurso	660
9.10.9	Aprovação em concurso: expectativa de direito ou direito subjetivo à nomeação?	660
9.10.9.1	Resumindo os fatos jurídicos conversores	663
9.10.9.2	Direito à nomeação versus restrição orçamentária	663
9.10.9.3	Instrumento processual apropriado para garantir o direito à nomeação	663
9.10.9.4	Servidor nomeado por decisão judicial não tem direito a indenização	664
9.10.10	Provedimento em lotação com vacância potencial no futuro.....	664
9.10.11	Recusa de vaga e alocação no final da fila de aprovados.....	664
9.10.12	Concurso público e teoria da perda da chance	665
9.10.13	Princípio do livre acesso aos cargos públicos.....	665
9.10.14	Dever de intimação pessoal do candidato nomeado em concurso público.....	666
9.10.15	Tatagem pode desclassificar em concurso público?.....	666
9.10.16	Reclassificação para o final da fila	668
9.11	Reserva de vagas para portadores de deficiência	669
9.11.1	Reserva de vagas na contratação temporária.....	670
9.12	Análise do regime estatutário federal (Lei n. 8.112/90).....	670
9.12.1	Linha do tempo.....	670
9.12.2	Cargo público.....	671
9.12.2.1	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas	671
9.12.2.2	Conceitos de servidor público e provimento.....	672
9.12.2.3	Nomeação	673
9.12.2.4	Promoção	673
9.12.2.5	Readaptação.....	673
9.12.2.6	Reversão	674
9.12.2.7	Aproveitamento	675
9.12.2.8	Reintegração	675
9.12.2.9	Recondução.....	676
9.12.2.10	Formas de provimento que são direitos constitucionais de qualquer servidor estatutário e formas de provimento que exigem previsão no respectivo estatuto	676
9.12.3	Posse.....	677
9.12.4	Exercício	677
9.12.5	Estágio probatório	678
9.12.6	Confirmação.....	680

9.12.7	Estabilidade.....	680
9.12.7.1	Tipos de estabilidade (art. 19 do ADCT).....	682
9.12.7.2	Disponibilidade.....	682
9.12.8	Saída do cargo.....	683
9.13	Vacância.....	683
9.14	Remoção.....	684
9.15	Redistribuição.....	684
9.16	Direitos e vantagens do servidor.....	685
9.16.1	Suspensão de benefícios na Lei da Covid.....	685
9.17	Vencimento e remuneração.....	685
9.17.1	Regime de subsídios.....	687
9.17.1.1	Exigência de lei para fixar ou alterar remuneração de servidores públicos.....	689
9.18	Indenizações.....	689
9.19	Retribuições, gratificações e adicionais.....	690
9.20	Férias.....	691
9.21	Licenças.....	691
9.22	Afastamentos e concessões.....	692
9.23	Direito de petição.....	692
9.24	Direito de greve. Policiais não podem fazer greve.....	693
9.25	Tetos remuneratórios.....	693
9.25.1	Exceção ao teto remuneratório.....	694
9.26	Previdência dos servidores.....	695
9.27	Regime disciplinar.....	696
9.28	Deveres do servidor.....	697
9.29	Proibições aplicáveis ao servidor.....	697
9.30	Sêxtupla responsabilidade dos servidores públicos.....	698
9.31	Processo disciplinar.....	700
9.31.1	Requisitos para composição da comissão processante.....	702
9.31.2	Penalidades.....	703
9.31.3	Competência para aplicação das sanções disciplinares.....	704
9.31.4	Reabilitação. Revisão. Proibidos de retornar ao serviço público.....	704
9.31.5	Prescrição. Infração funcional tipificada como crime (STJ).....	705
9.32	Jurisprudência.....	705
9.32.1	STJ.....	705
9.32.2	STF.....	727
9.32.3	Repercussão Geral.....	747
9.33	Quadro sinótico.....	755
9.34	Questões.....	760
	Gabarito.....	763
10	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	765
10.1	Mudanças promovidas pela Lei n. 14.230/2021.....	765
10.2	Introdução.....	765
10.3	Base constitucional.....	766
10.4	Defesa constitucional da moralidade administrativa.....	767
10.5	Competência para legislar sobre improbidade administrativa.....	768
10.6	Abrangência e natureza da Lei n. 8.429/92. Atos praticados antes da vigência da LIA.....	769
10.7	Sujeito passivo do ato de improbidade.....	769
10.8	Sujeito ativo do ato de improbidade.....	770
10.8.1	Particulares sujeitos à LIA (improbidade imprópria) e o “caso Guilherme Fontes”.....	772
	O processo.....	773
	Decisões judiciais.....	773

10.8.2	A questão dos agentes políticos.....	774
10.8.3	Teoria da ignorância deliberada (<i>willful blindness</i>) ou “teoria do avestruz” (<i>ostrich instructions</i>).....	777
10.8.4	Responsabilização do parecerista e do consultor jurídico.....	778
10.9	Espécies de ato de improbidade.....	778
10.9.1	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º).....	779
10.9.1.1	Sanções cabíveis.....	781
10.9.2	Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	781
10.9.2.1	Sanções cabíveis.....	784
10.9.3	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).....	784
10.9.3.1	Sanções cabíveis.....	786
10.10	Atos de improbidade tipificados no Estatuto da Cidade.....	787
10.11	Categorias de atos de improbidade (quadro comparativo).....	788
10.12	Declaração de bens.....	790
10.13	Improbidade administrativa e princípio da insignificância. Meras Irregularidades.....	790
10.13.1	Improbidade tentada.....	791
10.14	Procedimento administrativo (inquérito civil).....	791
10.14.1	Contraditório e ampla defesa na fase administrativa (inquérito civil).....	792
10.15	Medidas cautelares.....	792
10.16	Ação judicial de improbidade.....	795
10.16.1	Requisitos da sentença na ação de improbidade.....	798
10.16.2	Ação de improbidade e independência das instâncias.....	798
10.17	Dosimetria da pena.....	800
10.17.1	Perda da função pública e novo cargo.....	802
10.18	Improbidade e devido processo legal.....	802
10.19	Prescrição.....	802
10.20	A questão da necessidade de dolo nas condutas.....	805
10.21	Condenação por improbidade e Lei da Ficha Limpa.....	805
10.22	Danos morais na ação de improbidade.....	806
10.23	Jurisprudência.....	806
10.23.1	STJ.....	806
10.23.2	Repercussão Geral.....	812
10.24	Quadro sinótico.....	813
10.25	Questões.....	818
	Gabarito.....	819
11	RELAÇÃO JURÍDICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	821
11.1	Introdução.....	821
11.2	Vantagens da teoria.....	821
11.3	Conceitos doutrinários.....	822
11.3.1	Critério subjetivo.....	823
11.3.2	Critério misto.....	823
11.3.3	Critério formal.....	823
11.4	Nosso conceito.....	824
11.5	Diversas classificações das relações jurídico-administrativas.....	824
11.5.1	Quanto ao alcance.....	824
11.5.2	Quanto à estrutura.....	824
11.5.3	Quanto à presença da Administração.....	824
11.5.4	Quanto ao objeto.....	825
11.5.5	Quanto à duração.....	825

11.5.6	Quanto às partes envolvidas	825
11.5.7	Quanto à reciprocidade	825
11.5.8	Quanto aos efeitos	825
11.5.9	Quanto à posição das partes	826
11.5.10	Quanto ao nível de organização	826
11.5.11	Quanto ao regime jurídico	827
11.6	<i>Status</i>	827
11.7	Situações subjetivas no Direito Administrativo	828
11.8	Diversas modalidades de poderes	829
11.8.1	Direito subjetivo	829
11.8.2	Potestade ou poder <i>stricto sensu</i>	830
11.8.3	Interesse legítimo	830
11.8.4	Interesse simples	830
11.8.5	Expectativa de direito	830
11.8.6	Poderes-deveres	830
11.8.7	Prerrogativas funcionais	831
11.8.8	Direito adquirido	831
11.9	Diversas modalidades de deveres	831
11.9.1	Obrigação	831
11.9.2	Dever <i>stricto sensu</i>	831
11.9.3	Sujeição	831
11.9.4	Encargo	832
11.9.5	Ônus	832
11.9.6	Carga	832
11.10	Nascimento das relações jurídico-administrativas	832
11.11	Modificação das relações jurídico-administrativas	833
11.12	Extinção das relações jurídico-administrativas	833
11.13	Quadro Sinótico	834
11.14	Questões	837
	Gabarito	837
12	BENS PÚBLICOS	839
12.1	Divergência conceitual	839
12.2	Disciplina no Código Civil	841
12.3	Domínio público	842
12.4	<i>Res nullius</i>	845
12.5	Bens públicos da União	845
12.6	Bens públicos dos Estados	846
12.7	Bens públicos do Distrito Federal	847
12.8	Bens públicos dos Municípios	847
12.9	Bens públicos dos Territórios Federais	847
12.10	Bens públicos da Administração Indireta	847
12.11	Bens públicos de concessionários e permissionários	848
12.12	Classificação	848
12.12.1	Bens de uso comum do povo	849
12.12.2	Bens de uso especial	849
12.12.3	Bens dominicais	850
12.13	Bens públicos necessários e bens públicos acidentais	852
12.14	Atributos	852
12.14.1	Obrigações de pequeno valor (OPVs) e sequestro de recursos públicos	854
12.15	Requisitos para alienação dos bens públicos	854
12.16	Afetação e desafetação	855
12.17	Patrimônio público disponível e patrimônio público indisponível	857
12.18	Formas de uso	857

12.19	Concessão, permissão e autorização	858
12.19.1	Banca de jornal: permissão ou autorização?.....	860
12.20	Aforamento público	861
12.21	Formas de aquisição e alienação	861
12.22	Jurisprudência	862
12.22.1	STJ	862
12.22.2	STF.....	862
12.22.3	Repercussão Geral.....	863
12.23	Quadro Sinótico.....	864
12.24	Questões	867
	Gabarito	870
13	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	871
13.1	Fundamento geral	871
13.2	Requisitos para cumprimento da função social.....	871
13.3	Formas supressivas e formas não supressivas de domínio	872
13.4	Formas ilícitas de intervenção estatal na propriedade?	872
13.5	Procedimentos, atos e fatos interventivos na propriedade privada.....	873
13.6	“Autointervenção” na propriedade?	873
13.7	Desapropriação.....	874
13.8	Confisco	874
13.9	Perdimento de bens.....	875
13.10	Poder de polícia (limitação administrativa)	876
13.11	Servidão administrativa	878
13.11.1	Poder de polícia <i>versus</i> servidão administrativa.....	879
13.12	Tombamento	880
13.12.1	Tombamento de uso	882
13.13	Requisição.....	882
13.13.1	Requisição com perda de domínio?.....	883
13.14	Ocupação temporária.....	884
13.15	Quadro comparativo dos instrumentos de intervenção.....	885
13.16	Jurisprudência	886
13.16.1	STJ	886
13.16.2	Repercussão geral.....	886
13.17	Quadro sinótico	887
13.18	Questões	891
	Gabarito	893
14	DESAPROPRIAÇÃO	895
14.1	Introdução	895
14.2	Fundamentos jurídico-políticos.....	895
14.3	Competências para legislar, desapropriar e promover desapropriação	896
14.4	Base constitucional	897
14.5	Normatização infraconstitucional.....	897
14.6	Conceitos doutrinários.....	898
14.7	Nosso conceito	899
14.8	Forma originária de aquisição da propriedade.....	900
14.9	Institutos afins	901
14.10	Fundamentos normativos da desapropriação	902
14.10.1	Necessidade pública	903
14.10.2	Utilidade pública	903
14.10.3	Interesse social	904
14.10.3.1	Desapropriação por interesse social de competência comum?	906
14.11	Objeto da desapropriação	908

14.12	Exceções à força expropriante	909
14.13	Espécies de desapropriação	911
14.13.1	Desapropriação para reforma agrária (art. 184 da CF).....	911
14.13.1.1	Procedimento da desapropriação rural.....	913
14.13.2	Desapropriação para política urbana (art. 182, § 4º, III, da CF)....	914
14.13.3	Desapropriação de bens públicos.....	915
14.13.4	Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....	916
14.13.4.1	Princípio da intangibilidade da obra pública	918
14.13.5	Desapropriação por zona.....	918
14.13.6	Desapropriação ordinária <i>versus</i> desapropriação extraordinária..	919
14.13.7	Desapropriação confiscatória	919
14.14	Fases da desapropriação	920
14.14.1	Mediação e arbitragem no rito expropriatório.....	922
14.15	Ação de desapropriação e imissão provisória	922
14.16	Retrocessão (art. 519 do CC).....	925
14.17	Indenização	926
14.17.1	Indenização do locatário pela perda do fundo de comércio	927
14.18	Desistência da desapropriação	928
14.19	Direito de extensão	928
14.20	Jurisprudência	928
14.20.1	STJ	928
14.21	Quadro Sinótico.....	931
14.22	Questões	934
	Gabarito	937
15	ESTATUTO DA CIDADE.....	939
15.1	Introdução	939
15.2	Natureza jurídica do Estatuto da Cidade.....	939
15.3	Diretrizes gerais da política urbana.....	940
15.4	Instrumentos da política urbana	942
15.4.1	Parcelamento, edificação ou utilização compulsória.....	943
15.4.2	IPTU progressivo no tempo	944
15.4.3	Desapropriação urbanística	944
15.4.4	Usucapião especial de imóvel urbano.....	944
15.4.5	Direito de superfície.....	945
15.4.6	Direito de preempção.....	946
15.4.7	Outorga onerosa do direito de construir.....	946
15.4.8	Operações urbanas consorciadas.....	947
15.4.9	Transferência do direito de construir.....	947
15.4.10	Estudo de impacto de vizinhança	948
15.4.11	Plano diretor	948
15.5	Gestão democrática da cidade.....	949
15.6	Jurisprudência	949
15.6.1	STJ	949
15.6.2	Repercussão Geral.....	949
15.7	Quadro Sinótico	950
15.8	Questões	953
	Gabarito	955
16	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	957
16.1	Serviços públicos e domínio econômico	957
16.2	Conceito de serviço público.....	958
16.3	Serviços públicos <i>uti universi</i> e <i>uti singuli</i>	959
16.4	Nosso conceito	961
16.5	Titularidade do serviço público	961

16.6	Serviços públicos federais, estaduais, municipais e distritais	962
16.6.1	Serviços notariais e de registro.....	963
16.6.2	Uber, Cabify e demais aplicativos de transporte privado	965
16.7	Princípios do serviço público. Inovações da Lei n. 14.015/2020.....	966
16.8	Serviços essenciais.....	970
16.9	Formas de prestação.....	970
16.10	Responsabilidade do prestador de serviços públicos.....	972
16.11	Formas de remuneração	972
16.12	Classificação dos serviços públicos.....	973
16.13	Direitos do usuário.....	975
16.14	Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos – Lei n. 13.460/2017 ..	975
16.15	Jurisprudência	977
16.15.1	STJ	977
16.15.2	STF.....	978
16.16	Quadro Sinótico	980
16.17	Questões	984
	Gabarito	987
17	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	989
17.1	Serviço público <i>versus</i> atividade econômica.....	989
17.2	Conceitos de domínio econômico e ordem econômica.....	990
17.3	Princípios da ordem econômica	990
17.4	Natureza tripartite das atividades econômicas	991
17.5	Regime jurídico da atividade econômica	991
17.6	Funções do estado na ordem econômica	991
17.6.1	A força interna vinculante do planejamento estatal.....	991
17.7	Atividades estatais interventivas no domínio econômico	991
17.7.1	Exploração direta de atividade econômica pelo estado.....	992
17.7.1.1	Personificação e exercício direto.....	992
17.7.2	Polícia da economia	992
17.7.2.1	Tributos interventivos. Cides.....	994
17.7.3	Fomento a setores econômicos.....	995
17.8	Atividades econômicas sob monopólio.....	995
17.9	Infrações contra a ordem econômica	996
17.10	Quadro Sinótico	999
17.11	Questões.....	1002
	Gabarito	1005
18	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	1007
18.1	Conceito.....	1007
18.2	Objetivos	1007
18.3	Natureza jurídica.....	1007
18.4	Classificação.....	1007
18.5	Controle administrativo	1009
18.5.1	Recurso hierárquico próprio e impróprio.....	1010
18.6	Controle legislativo	1010
18.6.1	Tribunais de Contas	1011
18.6.1.1	Natureza jurídica dos Tribunais de Contas	1013
18.6.1.2	Simetria de regime entre os Tribunais de Contas e o Poder Judiciário.....	1014
18.6.1.3	Indispensabilidade da função dos Tribunais de Contas...	1014
18.6.1.4	Características do processo de controle.....	1014
18.6.1.5	Alcance da imputação de débito	1015
18.6.1.6	Competência fiscalizadora e corretiva em procedimentos licitatórios	1015

18.7	Controle judicial	1015
18.8	Prescrição no Direito Administrativo.....	1018
18.9	Coisa julgada administrativa	1018
18.10	Jurisprudência	1019
	18.10.1 STJ	1019
	18.10.2 Repercussão Geral	1020
18.11	Quadro Sinótico.....	1022
18.12	Questões.....	1026
	Gabarito	1029
19	PROCESSO ADMINISTRATIVO	1031
19.1	Processo administrativo na CF/88.....	1031
19.2	Lei do Processo Administrativo - n. 9.784/99.....	1031
	19.2.1 Incidência da Lei n. 9.784/99 sobre outras entidades federativas.....	1032
19.3	Processo ou procedimento administrativo?	1032
19.4	Espécies de processo administrativo	1033
19.5	Princípios do processo administrativo	1034
19.6	Conceitos de órgão, entidade e autoridade.....	1034
19.7	Direitos do administrado	1035
19.8	Deveres do administrado	1035
19.9	Instauração do processo.....	1035
19.10	Legitimados para o processo administrativo	1036
19.11	Da competência.....	1036
19.12	Impedimentos e suspeição no processo administrativo	1037
19.13	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	1038
19.14	Comunicação dos atos.....	1038
19.15	Instrução do processo.....	1039
19.16	Dever de decidir.....	1040
19.17	Desistência.....	1040
19.18	Recursos administrativos.....	1040
	19.18.1 Permissão da <i>reformatio in pejus</i>	1041
19.19	Dos prazos	1041
19.20	Desburocratização de processos federais (Lei n. 13.726/2018).....	1042
19.21	Jurisprudência	1042
	19.21.1 STJ	1042
	19.21.2 STF.....	1047
	19.21.3 Repercussão Geral	1049
19.22	Quadro Sinótico.....	1050
19.23	Questões	1054
	Gabarito	1056
20	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000) ..	1057
20.1	Justificativa.....	1057
20.2	Bases constitucionais.....	1057
20.3	Contexto histórico.....	1058
20.4	Compatibilidade com a Lei n. 4.320/64.....	1059
20.5	Objetivos da LRF e pressupostos da responsabilidade fiscal	1059
20.6	Natureza jurídica e âmbito de aplicação da LRF	1060
20.7	Conceito de receita corrente líquida.....	1060
20.8	Planejamento e sistema orçamentário na LRF	1061
20.9	Previsão e arrecadação da receita pública.....	1062
20.10	Renúncia de receita.....	1063
20.11	Geração de despesa pública	1064
20.12	Despesa obrigatória de caráter continuado.....	1064
20.13	Despesas com pessoal.....	1065

20.14	Controle da Despesa Total com Pessoal	1066
20.15	Jurisprudência	1067
20.15.1	STJ	1067
20.16	Quadro Sinótico	1068
20.17	Questões	1071
	Gabarito	1074

CAPÍTULO EXTRA – NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI N. 14.133/2021) 1075

1	Visão geral da Lei n. 14.133/2021.....	1075
2	Função da nova lei.....	1075
3	Período de transição	1076
4	Leis pontualmente alteradas.....	1076
5	Estrutura da lei.....	1077
6	Comparativo quanto ao número de artigos	1077
7	Principais inovações.....	1077
8	Dever de licitar	1081
9	Objeto da licitação.....	1083
10	Base principiológica.....	1083
11	Objetivos ou finalidades da licitação	1085
12	Modalidades	1085
13	Diálogo competitivo.....	1086
14	Fases da licitação.....	1087
15	Edital	1089
16	Alocação de riscos.....	1089
17	Regras de Publicidade.....	1090
18	Intervalos mínimos.....	1090
19	Modos de disputa.....	1091
20	Empate.....	1092
21	Homologação e adjudicação.....	1092
22	Processo de contratação direta	1093
23	Inexigibilidade.....	1094
24	Dispensa.....	1095
25	Procedimentos auxiliares	1096
26	Credenciamento	1096
27	Manifestação de interesse	1098
28	Registro de preços	1098
29	Contratos administrativos	1099
30	Formalização.....	1100
31	Contratação de licitantes remanescentes.....	1101
32	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	1101
33	Ceis e Cnep	1102
34	Garantias	1102
35	Cláusulas exorbitantes.....	1103
36	Duração dos contratos.....	1103
37	Responsabilidade na terceirização	1104
38	Formas de extinção.....	1105
39	Sistema de nulidades	1106
40	Modulação de efeitos da anulação contratual.....	1106
41	Infrações	1107
42	Sanções	1108
43	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1108
44	Sistema recursal	1109
45	Sistema de controle.....	1110
46	Crimes e Penas nas Licitações.....	1110
47	Disposições transitórias e finais.....	1110

48	Quadro sinótico	1111
49	Questões	1119
	Gabarito	1120
21	MAPAS MENTAIS	1121
21.1	Conceito.....	1121
21.2	Princípios.....	1122
21.3	Organização Administrativa	1123
21.4	Poderes da Administração.....	1124
21.5	Ato Administrativo.....	1125
21.6	Responsabilidade do Estado.....	1126
21.7	Licitação.....	1127
21.8	Contratos Administrativos.....	1128
21.9	Agentes Públicos	1129
21.10	Improbidade Administrativa.....	1130
21.11	Bens Públicos.....	1131
21.12	Intervenção na Propriedade.....	1132
21.13	Desapropriação.....	1133
21.14	Estatuto da Cidade.....	1134
21.15	Serviços Públicos	1135
21.16	Intervenção no Domínio Econômico.....	1136
21.17	Controle da Administração.....	1137
21.18	Processo Administrativo.....	1138
	Capítulo extra – Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021).....	1139
	BIBLIOGRAFIA	1141